

Apontamentos a respeito da natureza centrípeta do discurso empresarial no campo educativo: Uma análise da Sociologia do Discurso.

Caio Barros Sepúlveda<sup>1</sup>

**Resumo**

Este artigo analisa a natureza centrípeta do discurso empresarial no campo educativo brasileiro, especificamente no contexto da Reforma Empresarial da Educação (Freitas, 2018). Utilizando o arcabouço teórico-metodológico da Sociologia do Discurso do Círculo de Bakhtin, Volóchinov e Medvedev (Bakhtin, 2002;2011; Volóchinov, 2017;2019), o estudo examina enunciados de organizações empresariais que atuam no campo educacional, como o Todos Pela Educação, Movimento Pela Base e Fundação Lemann. A análise focaliza documentos publicados por essas entidades em 2012 e 2022, destacando seus posicionamentos sobre políticas públicas educacionais, especialmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio. Os resultados indicam que o discurso empresarial apresenta características fundamentalmente centrípetas (Bakhtin, 2002), utilizando a modalidade deôntica (Koch, 2000) para construir um monólogo que apaga o debate real sobre o projeto de educação pública e centraliza o discurso em torno de uma única proposta, a privatista neoliberal. O artigo situa este fenômeno discursivo no contexto da longa depressão econômica (Roberts, 2016) pós-2008 e da contrarrevolução preventiva (Antunes, 2020) do grande capital contra direitos sociais, demonstrando como a Reforma Empresarial da Educação cumpre duplo papel: abrir espaço no mercado educacional e contribuir com o controle político do conhecimento.

**Palavras-chave:** Sociologia do Discurso; Reforma Empresarial da Educação; Discurso Neoliberal; Forças Centrípetas; Políticas Educacionais.

**Abstract**

This article analyzes the centripetal nature of corporate speech in the Brazilian educational field, specifically within the context of the Business Education Reform (Freitas, 2018). Using the theoretical-methodological framework of the Sociology of

---

<sup>1</sup> Doutorando em Estudos de Linguagem no POSLING-UFF. E-mail: caiosepulveda@id.uff.br

Speech from the Bakhtin, Voloshinov, and Medvedev Circle (Bakhtin, 2002;2011; Voloshinov, 2017;2019), the study examines statements from business organizations operating in the educational field, such as Todos Pela Educação, Movimento Pela Base, and Fundação Lemann. The analysis focuses on documents published by these entities in 2012 and 2022, highlighting their positions on educational public policies, especially the Brazilian National Common Curriculum (BNCC) and the High School Reform. The results indicate that corporate speech presents fundamentally centripetal characteristics (Bakhtin, 2002), using deontic modality (Koch, 2000) to construct a monologue that erases real debate about public education projects and centralizes discourse around a single proposal: the neoliberal privatist agenda. The article situates this discursive phenomenon within the context of the long economic depression (Roberts, 2016) post-2008 and the preventive counterrevolution (Antunes, 2020) of capital against social rights, demonstrating how the Education Reform serves a dual purpose: opening space in the educational market and contributing to political control of knowledge.

**Keywords:** Sociology of Speech; Education Reform; Neoliberal Speech; Centripetal Forces; Educational Policies.

## **1 Introdução**

As políticas públicas educacionais brasileiras vêm sofrendo uma série de mudanças nos últimos anos, com impactos desde a educação básica ao ensino superior. Dentre as modificações mais relevantes, notabilizam-se a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018) e a Reforma do Ensino Médio, promulgada como lei 13.415/2017 (Brasil, 2017) durante o governo Temer (2016-2018), do MDB, e alterada pela lei 14.945/2024 (Brasil, 2024) já durante o atual governo Lula (2023-2026), do PT. As duas políticas estão intrinsecamente conectadas e compõem o cerne do que Freitas (2018) classifica como um processo de Reforma Empresarial da Educação, o qual caminha em direção à privatização da educação pública.

Segundo Freitas (2018) a Reforma Empresarial da Educação é um fluxo de mudanças nas políticas públicas educacionais impulsionadas por organizações empresariais - fundações mantidas e dirigidas por grandes capitalistas, como o Todos Pela Educação, dirigido pela Fundação Lemann do bilionário Jorge Paulo Lemann. Tal fenômeno não é exclusivo ao Brasil, mas sim parte de um Movimento Global de

Reforma Educacional (Sahlbergh, 2018) com efeitos em diversos países como Reino Unido, Austrália, Canadá (Sahlbergh, 2018) e Estados Unidos (Ravitch, 2013). Nos EUA, inclusive, há uma atuação de capitalistas de forma muito similar ao Brasil, através de fundações as quais Ravitch (2013) classifica como uma filantropia de risco. Para a pesquisadora

O movimento [de Reforma Empresarial da Educação] está determinado a cortar custos e maximizar a competição entre escolas e entre professores. Busca eliminar o sistema público de educação definido geograficamente, como conhecemos pelos últimos 150 anos, e substituí-lo por um sistema escolar competitivo de livre escolha, baseado nas regras de mercado, que inclua as escolas públicas tradicionais, as *charters schools*<sup>2</sup> com a gestão privatizada, escolas religiosas, escolas por *vouchers*, escolas privadas, escolas virtuais e fornecedores privados de material didático. Sem nenhuma barreira geográfica, essas escolas competiriam por clientes. Os clientes escolheriam mandar suas crianças e seus recursos públicos para onde quisessem, baseados na preferência pessoal ou na informação a respeito das pontuações em testes de cada escola e uma nota conferida pelo Estado (baseada fundamentalmente nas pontuações em testes). (Ravitch, 2013, p.85)<sup>3</sup>

A abordagem de Ravitch ao processo de privatização da educação pública nos Estados Unidos aponta a dupla função desse projeto. Há o interesse econômico de explorar o mercado educacional somado à disputa ideológica. Isto é, a privatização de uma escola pública é capaz de produzir lucro ao mesmo tempo em que proporciona a disseminação da lógica de mercado para a educação como um todo.

Freitas (2018) tenta sistematizar o *modus operandi* dos reformadores empresariais no Brasil. O primeiro passo é a padronização do ensino através de um currículo nacional (Apple, 2013a;2013b), isto é, um mecanismo de controle político do sistema educacional. Nesse sentido, cabe aqui uma breve exposição a respeito do problema do currículo escolar.

Para Apple (2013a;2013b), o currículo é parte de uma tradição seletiva. Ao escolher o que será ensinado, se escolhe o que não será. É uma definição, portanto, de uma certa visão de mundo a qual será legitimada pelo currículo. Quando falamos em um

---

<sup>2</sup> *Charters schools* são como são chamadas nos EUA as escolas mantidas com recursos públicos, porém com a gestão entregue a organizações privadas, assumindo, portanto, a lógica de uma escola de iniciativa privada, fundamentada no princípio do livre mercado e na concorrência.

<sup>3</sup> Tradução livre feita por mim do original: “*The movement is determined to cut costs and maximize competition among schools and among teachers. It seeks to eliminate the geographically based system of public education as we have known it for the past 150 years and replace it with a competitive market-based system of school choice—one that includes traditional public schools, privately managed charter schools, religious schools, voucher schools, for-profit schools, virtual schools, and for-profit vendors of instruction. Lacking any geographic boundaries, these schools would compete for customers. The customers would choose to send their children and their public funding wherever they wish, based on personal preference or on information such as the schools’ test scores and a letter grade conferred by the state (based largely on test scores).*” (Ravitch, 2013).

currículo nacional, isto é, um documento com capacidade de impor o conteúdo curricular da educação básica de um país inteiro, a discussão fica ainda mais grave. Não estamos falando de um “mero instrumento técnico”: há material ideológico no que está sendo escolhido para ser ensinado. Como digo em minha dissertação,

na escolha do que será imposto às escolas de um país estão presentes as fricções e disputas da vida material para além da educação. Não há como perceber o currículo como alheio à contradição essencial da sociedade capitalista, isto é, a luta de classes” (Sepúlveda, 2025)

Paulo Freire nos ensinou que é necessário saber contra quem e a favor de quem se educa (Freire, 1989). E o que ocorre com a imposição de currículos nacionais é o controle político do conhecimento. O Patrono da Educação Pública brasileira criticou a concepção curricular tradicional e tecnicista, demonstrando seu caráter capitalista e propondo uma outra formulação, baseada na *práxis*. Propor um currículo nacional, baseado em metas de produtividade aferidos por mecanismos de testagem é uma reedição envergonhada do tecnicismo. Mesmo que o discurso em defesa da BNCC se organize em torno de um simulacro de criticidade.<sup>4</sup>

## 2 Arcabouço Teórico

As análises apresentadas neste texto se baseiam nos fundamentos da Sociologia do Discurso do Círculo de Bakhtin, Volóchinov e Medvedev, através da qual adotamos uma abordagem que entende a linguagem como uma mediadora entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo. Ou seja, todo signo linguístico existe em determinada materialidade sócio-histórica, refletindo e refratando a realidade da vida social (Volóchinov, 2017). Por isso, em uma pesquisa apoiada na Sociologia do Discurso, nosso interesse não se volta às formas da língua de modo isolado mas sim aos enunciados concretos (Bakhtin, 2011). Isso significa dizer que “além da parte verbal expressa, todo enunciado cotidiano [...] consiste de uma parte não expressa, porém subentendida e extraverbal (situação e auditório) sem a qual não é possível compreender o próprio enunciado” (Volóchinov, 2019. p. 269).

Por isso, além de observar a materialidade do texto o qual analisaremos, nosso olhar repousa à situação extra-verbal: A esfera da atuação humana, o gênero e o

---

<sup>4</sup> Pietri (2019) discute como documentos prescritivos da Reforma Empresarial da Educação (Freitas, 2018) apropriam-se de elementos discursivos da pedagogia de base sócio-interacionista para constituir “um discurso sem materialidade, resultante da mera inversão de regras semânticas dos discursos que lhe são adversários” (Pietri, 2019. p. 21)

cronotopo do enunciado. Os elementos extra-verbais são parte da composição dos enunciados de forma indissociável. Isto é, ao analisar um enunciado, além de dissecar as formas verbais, é necessário saber quem diz, em que posição de classe, em que momento histórico. Para Volóchinov (2017) o extra-verbal está plasmado no signo linguístico e todo enunciado possui uma orientação social:

Observamos que todo discurso é um discurso dialógico orientado para outra pessoa, para sua compreensão e resposta real ou possível. Essa orientação para o “outro”, para o ouvinte, pressupõe inevitavelmente a consideração da inter-relação sócio-hierárquica que existe entre os interlocutores. [...] a forma do enunciado (por exemplo, “quero comer”) muda na dependência da posição social do falante e do ouvinte e de todas as condições sociais do enunciado. (Volóchinov, 2019, p 280)

Nesse sentido, o enunciado nunca pode ser entendido como algo neutro, mas como fenômeno estritamente ideológico. Onde há signo, há ideologia (Volóchinov, 2017). A palavra, como fenômeno ideológico, reflete e refrata a situação social.

Antes de prosseguirmos com a apresentação dos conceitos da Sociologia do Discurso utilizados em nossa análise, faz-se necessário abordar o conceito de ideologia o qual estamos utilizando neste artigo. E começamos apontando qual é a definição de ideologia que não estamos utilizando: A ideologia como falsa consciência, como trabalhada em *A ideologia Alemã* (Marx; Engels, 2007). Nossa utilização do conceito se assemelha mais à abordagem de Lenin (2006) e Eagleton (1997).

A definição de Marx e Engels de ideologia como falsa consciência, isto é, ideologia burguesa para perpetuar a dominação não é a melhor conceituação para os nossos propósitos como sociólogos e socioólogas do discurso, embora não esteja totalmente errada e seja muito útil em determinados prismas de análise. A questão é que essa abordagem não assume sistemas de crenças não dominantes com ideológicos - diferente de Lenin (2006), Eagleton (1997) e Volóchinov (2017). No entanto, apesar dessa nuance, é fundamental a noção trazida pelos mestres em *A Ideologia Alemã* de que toda ciência social deve levar em conta interação entre os indivíduos, isto é, a materialidade.

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas da cabeça dos homens são sublimações

necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais (Marx; Engels, 2007, p. 94)

Nesse sentido, nossa análise parte da vida real, da materialidade. Só prosseguimos em direção à análise do material ideológico, no nosso caso os signos linguísticos, a partir de um profundo entendimento dessa materialidade. Por isso que, para Volóchinov (2017), o primeiro passo de qualquer análise linguística é a investigação da situação social e histórica na qual se dá o enunciado. Nesse sentido, cumprimos esse passo metodológico na próxima seção deste trabalho.

Em resumo, entendemos nesta pesquisa a ideologia como um sistema de crenças vinculado à questão do poder e determinada pela realidade social, isto é, a luta de classes (Eagleton, 1997). Portanto, a ideologia é um fenômeno vinculado à questão do poder, refletindo a realidade social e que não necessariamente produz uma distorção da realidade - embora algumas ideologias, como a burguesa, só possa existir distorcendo a realidade.

Nesse sentido, para Volóchinov (2017) a palavra é o fenômeno ideológico por excelência pois pode assumir qualquer função ideológica. A língua, portanto, é ideologicamente saturada e “na palavra, se realizam os inúmeros fios ideológicos que penetram todas as áreas da comunicação social” (Volóchinov, 2017, p. 106). Por isso, a palavra é uma arena da luta de classes (Volóchinov, 2017).

O interesse da Sociologia do Discurso não é em frases e orações isoladas, mas sim em enunciados concretos. Não olhamos para a língua como um sistema abstrato, mas como um fato social e ideológico, já que os enunciados são concretos a medida que refletem e refratam a realidade material (Volóchinov, 2017). Os atos de fala estão embrenhados em um fluxo infinito de comunicação discursiva, de modo que cada enunciado é um elo na cadeia discursiva - ou seja, cada enunciado dialoga diretamente com outros enunciados presentes no plano material. Por isso, a realidade fundamental da língua é o diálogo.

Cabe afirmar que o diálogo sobre o qual falamos não se confunde com a ideia de diálogo do senso comum. Não é necessariamente um diálogo de adesão (Freitas; Selles, 2021), mas muitas vezes um diálogo de confrontação. A língua como conhecemos é, para Bakhtin (2002), o resultado do embate ideológico entre forças conservadoras e forças revolucionárias, as forças centrípetas e centrífugas, reespectivamente.

As primeiras atuam como elemento centralizador, no intuito de construir uma língua única - apesar da realidade da língua ser o diálogo. Conforme aponta Bakhtin:

A categoria da linguagem única é uma expressão teórica dos processos históricos da unificação e da centralização linguística, das forças centrípetas da língua. A língua única não é dada, mas, em essência, estabelecida em cada momento da sua vida, ela se opõe ao discurso diversificado. Porém, simultaneamente ela é real enquanto forças que supera este plurilinguismo, opondo-lhe certas barreiras, assegurando um certo maximum de compreensão mútua e centralizando-se na unidade real (Bakhtin, 2002, p. 81)

No entanto, as forças centrípetas - conservadoras e centralizadoras - estão em embate com as forças linguística centrífugas - revolucionárias e descentralizadoras:

[...] a estratificação e o plurilinguismo ampliam-se e aprofundam-se na medida em que a língua está viva e desenvolvendo-se; ao lado das forças centrípetas caminha o trabalho contínuo das forças centrífugas da língua, ao lado da centralização verbo-ideológica e da união caminham ininterruptos os processos de descentralização e desunificação. Cada enunciação concreta do sujeito do discurso constitui o ponto de aplicação seja das forças centrípetas, como das centrífugas. (Bakhtin, 2002, p. 82).

Em outras palavras, podemos pensar nas forças centrípetas como elementos os quais escondem a realidade dialógica da língua, com a intenção de fabricar um entendimento único, enquanto as forças centrífugas são elementos que expõe o diálogo. O resultado desse embate é uma síntese dialética: a língua a qual utilizamos todos os dias.

O objetivo do presente trabalho é demonstrar como o discurso empresarial, em um recorte de textos vinculados à Reforma Empresarial da Educação, possui uma natureza essencialmente centrípeta.

Os procedimentos metodológicos mobilizados nesta análise seguem um itinerário proposto por Volóchinov (2017), estruturado em três momentos complementares: descrição, análise e interpretação.

A etapa de descrição corresponde à contextualização concreta do enunciado, ou seja, à identificação da relação existente entre a linguagem e a realidade social. A Sociologia do discurso compreende que a cena comunicativa é constitutiva do próprio enunciado. Assim, parte-se do entendimento de que o funcionamento da linguagem está inserido na superestrutura de um sistema econômico e social específico, o capitalista, a qual, por sua vez, é condicionada pela estrutura e pela infraestrutura, que dizem respeito às relações de produção e às dinâmicas sociais, atravessadas pela luta de classes.

A análise corresponde à investigação da vinculação entre o extraverbal — as condições objetivas da realidade social — e o enunciado e seus gêneros discursivos, reconhecendo que os elementos verbais são orientados pelas determinações do extraverbal. Nesse momento, busca-se compreender quem enuncia, a partir de qual lugar social, com quais objetivos e em que contexto ideológico.

A interpretação constitui o momento final do percurso, voltado à observação do conteúdo linguístico em sua complexidade, considerando a situação enunciativa e os efeitos de sentido produzidos. Essa etapa envolve a análise dos termos selecionados, das estratégias discursivas empregadas, dos silenciamentos e das escolhas lexicais, examinando a materialidade linguística sob diferentes ângulos.

A investigação é compreendida como um processo dialógico, no qual o pesquisador se envolve ativamente com os objetos que interpreta, construindo conhecimento na interação com os enunciados. Afinal, se estamos falando de língua, não falamos de neutralidade. Todo enunciado é um posicionamento axiológico.

Na próxima seção, empreendemos a etapa de descrição, com uma breve análise da situação extra-verbal. Em seguida, no quarto momento deste texto, ocorre a análise e a interpretação.

### **3 Longa depressão, contrarrevolução preventiva e Reforma Empresarial da Educação: Breve análise da Situação Extra-verbal**

A Reforma Empresarial da Educação (Freitas, 2018), tal como se estrutura no Brasil, está profundamente enraizada em um cenário de crise capitalista prolongada. A partir da crise financeira global de 2007-2008, diversas economias centrais enfrentaram um declínio persistente nos índices de crescimento, investimento e produtividade. Roberts (2016) caracteriza esse período como uma *longa depressão*, distinta das recessões cíclicas comuns no capitalismo, por seu caráter prolongado e pela ausência de uma retomada robusta do crescimento. Nesse contexto, intensifica-se uma ofensiva do grande capital para reconstituir suas margens de lucro, o que se traduz, nos países periféricos como o Brasil, em políticas de ajuste fiscal, precarização das relações de trabalho e reforma dos sistemas públicos, incluindo o educativo.

Essa conjuntura marca o início de um movimento que Antunes (2020) denomina *contrarrevolução preventiva*. Trata-se de uma estratégia do grande capital, em escala global, que visa antecipar a retomada de lucro com base em ampliação da exploração da

classe trabalhadora. No plano político, essa contrarrevolução se expressa por meio da supressão de direitos sociais e trabalhistas; no plano ideológico, pela disseminação de valores neoliberais como o individualismo, a meritocracia e o “empreendedorismo de si”; e, no plano educacional, pela reestruturação dos sistemas de ensino sob uma lógica de mercado. A educação, nesse cenário, é convocada a desempenhar um papel central na formação de subjetividades alinhadas à nova morfologia do trabalho (Antunes, 2020) — flexível, intermitente, digital e desprovida de direitos.

Nesse quadro, consolida-se o *Movimento Global de Reforma Educacional* (Sahlberg, 2018), do qual o Brasil passa a ser parte ativa. Inspirado em experiências como as *charter schools* dos Estados Unidos e as reformas chilenas da era Pinochet, esse movimento propõe uma série de transformações ancoradas na lógica da competição, do desempenho e da responsabilização. A educação é tratada como serviço e não como direito, e o Estado, longe de garantir sua oferta pública e universal, passa a atuar como regulador de um mercado educacional em expansão. No Brasil, essa lógica se expressa na padronização curricular via BNCC, na implementação de sistemas de avaliação em larga escala e na criação de mecanismos de responsabilização de profissionais da educação — etapas que antecedem e justificam a entrada de atores privados na gestão e oferta de serviços educacionais.

As fundações empresariais, que atuam nesse processo por meio do chamado *terceiro setor*, são herdeiras da Reforma do Estado promovida nos anos 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, sob influência direta de organismos como o Banco Mundial e o BID. A proposta de Pereira (1999) de um Estado *social-liberal*, que se apoia em organizações *público-não estatais* para a prestação de serviços, abriu caminho para a consolidação dessas fundações como agentes legítimos no debate e na formulação de políticas públicas. O conceito de *governança*, amplamente promovido por organismos multilaterais (Dardot & Laval, 2016), substitui a noção de gestão pública democrática por uma lógica empresarial de metas, produtividade e competitividade.

A Reforma Empresarial da Educação, conforme descreve Freitas (2018), opera por meio de um ciclo que inclui: (1) padronização curricular; (2) testagem em massa; (3) responsabilização de docentes, escolas e estudantes; e (4) privatização direta ou indireta da gestão educacional. Trata-se de um modelo de accountability inspirado na lógica empresarial, cuja consequência direta é o enfraquecimento do caráter público da educação e o avanço de soluções de mercado para os desafios sociais. A atuação de

entidades como o Movimento Pela Base e o Todos Pela Educação se insere nesse ciclo, atuando como mediadoras da reforma e legitimadoras de seus princípios junto à opinião pública e ao Estado.

A análise dialógica do discurso, conforme proposta pelo Círculo de Bakhtin (Bakhtin, 2011; Volóchinov, 2017), pressupõe que os enunciados são produzidos em contextos históricos e ideológicos determinados. A Reforma Empresarial da Educação (Freitas, 2018), enquanto fenômeno discursivo e material, articula-se a esse processo mais amplo de reconfiguração do Estado, do trabalho e da vida social sob a hegemonia neoliberal.

#### **4 Análise**

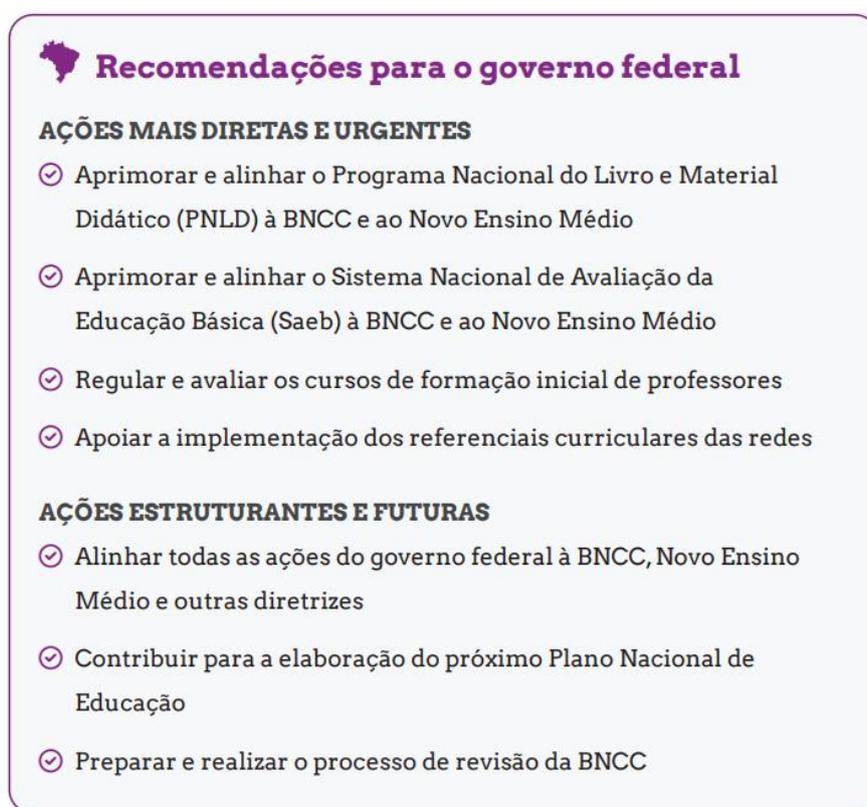
O Todos Pela Educação (TPE) se define como uma organização sem fins lucrativos interessada na pauta educacional. Fundada em 2006 e capitaneada pela Fundação Lemman, a organização vem atuando ativamente como proponente de políticas públicas educativas. Um marco importante foi um evento organizado pela entidade em 2011 denominado “Educação: Uma Agenda Urgente” (Todos Pela Educação, 2012) do qual surgiu um documento homônimo, de mais de 200 páginas, publicado em 2012 com uma série de propostas para o sistema educacional público. Entre elas, a imposição de um currículo nacional (Apple, 2013a;2013b) através de uma Base Nacional Curricular.

A BNCC nasceu nos anos seguintes e hoje é uma realidade imposta à educação básica, em especial na etapa do Ensino Médio a partir da Reforma do Ensino Médio. No entanto, há uma disputa em curso. Afinal, no contexto da prática (Ball; Bowe; Gold; 1992), isto é, no chão da escola, a norma é passível de reinvenção e até mesmo subversão. Foi nesse contexto que, em 2022, o Todos Pela Educação publicou uma série de extensos documentos com propostas e orientações para a educação pública, chamada de “Educação Já: Uma Agenda Para o Brasil”. Nessa série, a organização renova suas propostas. Se em 2012 a organização pretendia impor um currículo nacional, em 2022 sua batalha é por consolidá-lo.

A proposta do presente artigo é analisar um recorte do documento “Políticas Pedagógicas: Recomendações de Políticas Pedagógicas Para os Governos Federal E Estaduais” (Todos Pela Educação; Movimento Pela Base; Fundação Lemann, 2022).

O documento possui 53 páginas e é dividido em 5 partes. Uma introdução, um capítulo de diagnóstico, um capítulo no qual são apresentados “inspirações e caminhos”, o capítulo com as recomendações para governos estaduais e para o governo Federal e, por fim, as considerações finais. Pelo escopo do presente artigo, o intuito não é dissertar a respeito de todo o texto. O foco de análise é no capítulo 4, mais especificamente nas recomendações ao Governo Federal. Vamos começar com um quadro no qual são sintetizadas estas recomendações.

**Figura 1 - Recomendações para o governo Federal**



**Recomendações para o governo federal**

**AÇÕES MAIS DIRETAS E URGENTES**

- ✓ Aprimorar e alinhar o Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) à BNCC e ao Novo Ensino Médio
- ✓ Aprimorar e alinhar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) à BNCC e ao Novo Ensino Médio
- ✓ Regular e avaliar os cursos de formação inicial de professores
- ✓ Apoiar a implementação dos referenciais curriculares das redes

**AÇÕES ESTRUTURANTES E FUTURAS**

- ✓ Alinhar todas as ações do governo federal à BNCC, Novo Ensino Médio e outras diretrizes
- ✓ Contribuir para a elaboração do próximo Plano Nacional de Educação
- ✓ Preparar e realizar o processo de revisão da BNCC

Fonte: Todos Pela Educação; Movimento Pela Base; Fundação Lemann (2022, p.28)

É patente como as ações consideradas diretas e urgentes estão totalmente relacionadas à consolidação da padronização curricular, seja através da adequação do material didático, seja através da instauração dos mecanismos de testagem em massa. Outra “urgência” é adequar as licenciaturas à BNCC, um enunciado o qual dialoga diretamente com o documento “Educação: Uma Agenda Urgente” de 2012, como vemos em seguida:

**Figura 2 - Capítulo Formação Inicial do Professor, p. 68.**

EDUCAÇÃO: UMA AGENDA URGENTE

As opiniões expressadas no Congresso convergem no seguinte ponto: a formação oferecida não atende às necessidades atuais de nosso País, e mostra-se insuficiente para responder à complexidade de que o processo educativo se envolve.

**Currículos muito teóricos**

Há uma fragmentação na formação de professores identificada pelos estudiosos, gestores e profissionais da sala de aula. Os docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, graduados em cursos de pedagogia, são polivalentes e com formação insuficiente nos conhecimentos das áreas específicas. Por outro lado, os docentes graduados nos cursos de licenciatura não têm, em média, suficiência de prática didático-pedagógica.

Apesar das exceções, como a de universidades de excelência em vários estados do País, a qualidade do ensino dos cursos de pedagogia não é considerada satisfatória. O fator que mais contribui para isso, de acordo com as discussões do Congresso, é o fato de os currículos estarem sobrecarregados por conteúdos teóricos, com pouco espaço para o aprofundamento nas práticas de sala de aula. Nas licenciaturas, que preparam os docentes para os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, os cursos giram basicamente em torno do conteúdo das áreas de referência, e oferecem pouca atenção ao campo da Educação e das práticas em sala de aula. O licenciando dificilmente tem condições de situar devidamente seu trabalho no contexto escolar em que lecionará.

A pesquisa *Ensino Fundamental: Instituições Formadoras e seus Currículos*, realizada pela Fundação Carlos Chagas, em 2009, coordenada pela professora Bernardete Gatti, sob encomenda da Fundação Victor Civita, aponta que menos de 15% da composição dos currículos está ligada às didáticas específicas. Além disso, as licenciaturas não são valorizadas no ensino superior; ou são réplicas dos bacharelados ou acabam ignoradas por professores mais experientes que não se interessam por formar professores de Educação Básica. O que disso decorre é um alto índice de evasão, principalmente nas áreas de matemática, física, química e biologia.

Fonte: Todos Pela Educação (2012. p. 68)

Em 2012, o TPE construiu uma enunciação dotada de uma expressividade pejorativa em relação aos cursos de formação de docentes. Fazem isso explorando uma posição de suposta figura de autoridade, já que a “fragmentação na formação de

professores” foi “identifica por especialistas”. No entanto, tais especialistas permanecem anônimos na enunciação da fundação empresarial. O subentendido é que as proposições são “técnicas”, mesmo que não haja qualquer exposição de dados ou estudos. Vejamos agora como a mesma questão é tratada no texto de 2022.

**Figura 3** - Regular e Avaliar os cursos de formação inicial de professores

### Regular e avaliar os cursos de formação inicial de professores

A partir do prazo definido pelo Conselho Nacional de Educação, o governo federal passará a regular e avaliar os cursos de formação inicial de professores oferecidos pelas instituições de Ensino Superior de acordo com o disposto nas novas normativas que garantem o alinhamento aos referenciais nacionais, como a BNC-FI. Para isso recomenda-se que:

- ✔ O Ministério atualize os processos de regulação e supervisão dos cursos de formação inicial de professores (Pedagogia e licenciaturas) realizados pela Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior (Seres) do MEC e pelo Inep. Deve também atualizar o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), em especial o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Um orçamento adicional ao existente para os processos de regulação, supervisão e avaliação pode ser usado para a contratação de especialistas para apoiar as mudanças previstas<sup>51</sup>.
- ✔ Essa política precisa estar legitimada junto às instituições de Ensino Superior e às entidades que as representam, pois elas são responsáveis pela formação dos professores. Dessa forma, o MEC deve manter relacionamento constante com essas entidades, para acompanharem as mudanças realizadas nos cursos de maneira transparente e efetiva. Os resultados das avaliações dos cursos de formação de professores pelo Sinaes devem ser usados para subsidiar aprimoramentos nos processos de regulação, supervisão e avaliação, além de futuras versões das diretrizes nacionais.

<sup>51</sup> Para um maior detalhamento sobre as propostas para a formação inicial de professores, acesse o material de “Recomendações de políticas docentes para o governo federal”.

Fonte: Todos Pela Educação; Movimento Pela Base; Fundação Lemann (2022, p.43)

Tanto em 2012 como em 2022, ocorre uma modalização do discurso bastante particular. Segundo Koch (2000), há modalidades de diferentes natureza e, entre elas, há a modalidade deôntica, vinculada “à linguagem das normas, àquilo que se deve fazer” (Koch, 2000. p. 78 ). Ou seja, a modalidade deôntica expressa o sentido de obrigação ou de um dever fazer, baseado nos valores do enunciador. No caso dos enunciados analisados, esses valores são tidos como universais.

No texto de 2012, essa universalização dos valores é afirmada pela escolha expressiva de enunciar que a fragmentação dos cursos de formação de professores é levantada por especialistas - um termo, aliás, repetido 31 vezes ao longo do documento. Em 2022, a modalidade deôntica ocorre através da legitimidade conferida pela nova legislação, a qual impôs um currículo nacional (Apple, 2013a;2013b). O documento enuncia que “o governo federal passará a regular e avaliar os cursos [...] de acordo com o disposto nas novas normativas”. Não há espaço para questionamento, é dado um fato consumado. O Todos Pela Educação, o Movimento Pela Base e a Fundação Lemman, três entidades privadas, se colocam discursivamente como os prescritores do dever-fazer do Estado.

Em outra recomendação das entidades empresariais, a modalidade deôntica (Koch, 2000) também se faz presente.

**Figura 4** - Aprimorar e alinhar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) à BNCC e ao Novo Ensino Médio

## Aprimorar e alinhar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) à BNCC e ao Novo Ensino Médio

O Ministério da Educação deve aprimorar e alinhar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e outras avaliações nacionais, incluindo o Enem, Encceja e outras, à BNCC e ao Novo Ensino Médio. As avaliações nacionais têm um potencial indutor muito importante para aumentar a coerência das políticas pedagógicas das secretarias de Educação estaduais e municipais. Para isso, recomenda-se que:

- ① O governo federal estabeleça uma comissão técnica para definir as diretrizes para o aprimoramento do Saeb, que devem incluir a atualização das provas de Língua Portuguesa e Matemática alinhadas à BNCC. Nesse processo, deve-se atualizar as matrizes de avaliação e elaborar itens alinhados à BNCC para serem usados nas avaliações.
- ② O Saeb é uma das principais políticas educacionais no país e tem muita legitimidade. O MEC deve articular com as organizações representantes das redes de ensino, além de especialistas e associações acadêmicas do setor para garantir mudanças positivas em um aprimoramento contínuo. A prova de 2023 precisa estar alinhada à BNCC e ser uma avaliação com qualidade. Isso está associado a um cronograma desafiador, que precisa ser acompanhado muito de perto. Serão necessárias campanhas de divulgação para as secretarias de Educação e professores, para que todos entendam as novidades.
- ③ Há a oportunidade de realizar outras melhorias no Saeb, como a elaboração e pré-testagem de itens que afirmem o desenvolvimento de aprendizagens mais complexas (uma possibilidade de

Fonte: Todos Pela Educação; Movimento Pela Base; Fundação Lemann (2022, p.41)

Além da mobilização da modalidade deôntica há ainda a escolha expressiva de grifar o trecho em que as entidade empresariais afirmam que o Ministério da Educação **deve** alinhar os mecanismos de testagem em massa à BNCC. Como aponta Freitas (2018), a testagem é um dos passos mais importantes da Reforma Empresarial, o qual abre espaço para a privatização do ensino. Tal preocupação com a formulação de dados está em linha com a lógica neoliberal de plataformização e adoção de *benchmarking*: é a ideia de educação como um produto, cuja eficiência precisa ser mensurada tal como a de uma empresa.

Os enunciados das fundações empresariais assumem uma característica fundamentalmente centrípeta, ao adotar a modalidade deôntica. Nesse sentido, seja se legitimando em “especialistas”, seja se apoiando na própria legislação educacional aprovada no bojo da Reforma Empresarial, há a construção de um monólogo: é um

monólogo falso, fabricado, já que a realidade da língua é o diálogo. Porém, há uma função ideológica evidente neste mecanismo discursivo, a de apagar o debate real sobre o projeto de educação pública para o país e centralizar o discurso em torno de uma única proposta, a privatista neoliberal.

## 5 Considerações Finais

O presente artigo é um recorte de uma pesquisa mais ampla, na qual pretendemos demonstrar os fios dialógicos e ideológicos em torno da Reforma Empresarial da Educação (Freitas, 2018) no marco da política burguesa de contrarrevolução preventiva (Antunes, 2020) contra os direitos da classe trabalhadora.

A Reforma Empresarial cumpre um duplo papel na dinâmica de policrise do capitalismo, pois ao mesmo tempo em que abre mais espaço no grande mercado educacional, contribuindo com a busca pela recomposição das taxas de lucro, há também o aspecto ideológico em torno do controle político do conhecimento. Nesse sentido, a imposição de um currículo nacional elaborado por setores do grande capital é parte da disputa ideológica em torno da morfologia do trabalho (Antunes, 2020), isto é, a plataformização do trabalho e destruição dos direitos trabalhistas. O currículo oficial se torna mais uma forma de disseminação da ideologia individualista neoliberal.

Nosso objetivo com este trabalho é aproximar os estudos discursivos dos problemas da educação, contribuindo com o processo de resistência ao projeto empresarial privatista. A análise apresentada aqui contribui, ainda, para a desnaturalização da Reforma Empresarial da Educação, apresentada por seus defensores como resultado de uma discussão “neutra” e “técnica”.

## 6 Referências

ANTUNES, R. **A devastação do trabalho na contrarrevolução de Temer**. Le monde Diplomatique, 2017. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-devastacao-do-trabalho-na-contrarrevolucao-de-temer/> Acesso em: 10 set. 2023

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital** - 2ª ed - São Paulo: Boitempo, 2020

APPLE, M. W. **A política do conhecimento oficial: Faz sentido a ideia de um currículo nacional?** In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; TADEU, Tomaz (Orgs.). Currículo, cultura e sociedade. 12ª edição. São Paulo: Cortez, 2013a

APPLE, M. W. **Repensando Ideologia e currículo**. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; TADEU, Tomaz (Orgs.). Currículo, cultura e sociedade. 12ª edição. São Paulo: Cortez, 2013b

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Trad. Aurora Forni Bernardini et al. 5 ed. Ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Conselho Nacional de Educação. Brasília: MEC; SEB; CNE, 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **PL 6840/2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=602570&fichaAmigavel=nao> Acesso em: 08 ago. 2024

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. – Brasília, DF: Inep, 2015

CÁSSIO, F. **Participação e participacionismo na construção da Base Nacional Comum Curricular**. NEXO, São Paulo, 2 dez. 2017. Disponível em: [www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/Participa%C3%A7%C3%A3o-e-participacionismo-na-constru%C3%A7%C3%A3o-da-Base-Nacional-Comum-Curricular](http://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/Participa%C3%A7%C3%A3o-e-participacionismo-na-constru%C3%A7%C3%A3o-da-Base-Nacional-Comum-Curricular) Acesso em: 05 jun. 2023.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. 1ºed. Boitempo, São Paulo, 2016.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. D. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação e avaliação da educação superior**. In: AGUIAR, M. A. D. S.; DOURADO, L. F. (Org.). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. Recife: ANPAE, 2018.

EAGLETON, T. **Ideologia: Uma introdução**. tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

FARACO, C. A. (org.). **Uma introdução a Bakhtin**. Curitiba: Hatier, 1988.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREITAS, L. C. de. **Responsabilização, Meritocracia e Privatização: Conseguiremos escapar ao neotecnicismo?**. In: PINO, R. I; ZAN, D. D. P. (Org.) Plano Nacional da Educação (PNE): questões desafiadoras e embates emblemáticos. Brasília, DF: Inep, 2013.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias - 1ª Edição** - São Paulo: Expressão Popular, 2018

FREITAS, L. M. A.. De. ; SELLES, S. Prática e Estágio nas Normativas Brasileiras sobre Formação Docente: Sentidos em Construção. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona, v. 29, n. 110, p. 1-27, 2021.

FREITAS, L. M. A. De. **O Círculo de Bakhtin, Volóchinov e Medviédev**. In: SILVA, S. C. D.; ESTEVES, P. M. S. (Org.). Teorias do texto, do discurso e da tradução. Niterói: Eduff, 2023. (Coleção Estudos de Linguagem, v. 2).

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2000.

LÊNIN, V. I. **Que fazer? A organização como sujeito político**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MARX, K. **A ideologia alemã : crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)** / Karl Marx, Friedrich Engels ; supervisão editorial, Leandro Konder ; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. - São Paulo : Boitempo, 2007

PEREIRA, L.C.B . **A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle**. Caderno 1. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/cadernosmare/caderno01.pdf> Acesso em: 06 jun. 2023.

PIETRI, E. D. **Proposições curriculares para o ensino de língua portuguesa no Brasil: entre as políticas de bem estar social, as neoliberais e as de financeirização da economia**. São Paulo: Feusp, 2019.

RAVITCH, D. **Reign of Error: The Hoax of privatization movement and the danger to America's Public Schools**. Nova York: ALFRED A. KNOPF, 2013.

RAVITCH, D. **Texas public schools are better than charter schools: stop funding failure!**. 2021. Disponível em: <https://dianeravitch.net/2021/04/07/texas-public-schools-are-better-than-charter-schools-stop-funding-failure/> Acesso em:03 jun. 2023

RAVITCH, D. **Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação**. Tradução Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ROBERTS, M. **Não há luz no fim do túnel da longa depressão**. Tradução: Eleutério F. S. Prado. 2023 Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/nao-ha-luz-no-tunel-da-longa-depressao/>. Acesso em: 04/09/2023

ROBERTS, M. **The long depression: How it happened, why it happened and what happens next**. Chicago: Haymarket Books, 2016.

SAHLBERG, P. **Lições Finlandesas 2.0**. São Paulo: SESI-SP editora, 2018;

SEPULVEDA, C. **Relações Dialógicas entre documentos do “Movimento Pela Base” e do “Todos Pela Educação” e a Reforma Empresarial da Educação**. Orientadora: Luciana Maria Almeida de Freitas. 2025. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação: uma agenda urgente: reflexões do Congresso Internacional realizado pelo Todos Pela Educação Brasília, setembro de 2011**. --- São Paulo: Fundação Santillana, 2012.

TODOS PELA EDUCAÇÃO; MOVIMENTO PELA BASE; FUNDAÇÃO LEMANN. Políticas Pedagógicas: Recomendações de Políticas Pedagógicas para o governo Estadual e Federal. 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/11/educacao-ja-2022-politicas-pedagogicas.pdf> Acesso em 08 mar. 2025

VOLÓCHINOV, V. N. **A palavra na vida e a palavra na poesia**. Tradução S. Grillo e E. V. Américo. São Paulo: Ed. 34, 2019.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução S. Grillo e E. V. Américo. São Paulo: Ed. 34, 2017.